



SEM VALOR JURÍDICO

**ÁGUA LIMPA
E PARADA: É DISSO
QUE O MOSQUITO
DA DENGUE GOSTA.**

EVITE ÁGUA LIMPA E PARADA EM PNEUS, PRATOS DE PLANTAS, XAXINS, GARRAFAS, LATAS E EM OUTROS RECIPIENTES. TAMPE CAIXAS D'ÁGUA, CISTERNAS, TAMBORES E OUTROS DEPÓSITOS DE ÁGUA.



Ministério
da
Saúde



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano VII - Nº 1187 - Segunda-feira, 16 de Janeiro de 2006

Poder Executivo

Lei

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FMSP

CAPÍTULO I DAS FINALIDADES

Art. 1º - O Fundo Municipal de Segurança Pública - FMSP será operacionalizado pelo presente Regimento Interno, em todas as formas de atuação de sua diretoria, no fiel cumprimento das regras estabelecidas, objetivando administrar a aplicação dos recursos, priorizada por área, de forma a selecionar os projetos apresentados pelos CONSEG's existentes no município, definindo o Plano Municipal de Ação, observando os ativos e passivos financeiros disponíveis.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA

Art. 2º - Em conformidade com o § 1º do Art. 1º da Lei 4.299 de 08 de julho de 2004, o FMSP será administrado por uma Diretoria e um Conselho Fiscal, constituídos por membros dos CONSEG's existentes no município, eleitos em conformidade com os dispositivos definidos no Capítulo I deste Regimento Interno.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º - Caberá à Diretoria, coletivamente:
I - Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implantação dos objetivos e metas definidos pelos CONSEG's existentes no município;
II - Convocar a Assembleia Geral;
III - Indicar um dos seus membros para representar o FMSP em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do presidente, ou nos casos que julgar conveniente;
IV - Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos;
V - Prestar contas semestrais ao Conselho Fiscal e anualmente à Assembleia Geral ou quando solicitado pela Assembleia Geral;

Art. 4º - Caberá a cada membro da diretoria, individualmente:
I - Executar com zelo e pontualidade as tarefas do cargo que exerce, bem como naquelas assumidas espontaneamente;
II - Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
III - Representar o FMSP externamente, sempre pela Diretoria;
IV - Assumir os compromissos concernentes ao desempenho das suas funções.

Art. 5º - Caberá ao Presidente:
I - Propor a pauta, convocar e presidir as reuniões e a Assembleia Geral;
II - Representar o FMSP oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e a comunidade em geral;
III - Assinar, juntamente com o 1º Secretário, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;

LEI Nº 4.728, DE 11 DE JANEIRO DE 2006.

Dispõe sobre A CRIAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FMSP, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE PROMULGA E SANCIONA A SEGUINTE LEI

Art. 1º O Regimento Interno expresso no Anexo I integra a presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 11 de janeiro de 2006; 90º da Fundação e 32ª da
Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

Expediente

Prefeito Municipal	Adilton Domingos Sachetti
Vice-Prefeito	Manoel Machado
Secretaria de Ação Social	Rosemar Lindo Sachetti
Secretaria de Administração	Gastão de Matos
Sec. de Desenv. Econ. e Meio Ambiente	Elio Rábia
Secretaria de Educação	Professor Javert Melo Vieira
Sec. Esporte, Cultura e Lazer	Renato Marcelino Dolce de Souza
Secretaria de Finanças	Clóvis Gonçalves Vicentini
Secretaria de Governo	Ailton das Neves
Secretaria de Planejamento	Eugênia Lemos Barros Bárbara
Secretaria da Receita	Edenício Avelino Santos
Secretaria de Saúde	Fábio Roberto Ribeiro Cardozo
Sec. Transporte, Transito e Desenv. Urbano	Alexandre Azevedo Torres
Procuradoria Geral do Município	Adilton Pinto da Silva
CODER	Milton Luiz Araújo
SANEAR	Marcos Antonio Ribeiro dos Reis
Diário Oficial do Município	Luiz Antonio da Silveira Abreu
IMPRO	Josemar Ramiro da Silva

DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensa Oficial
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 3411-5285
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2º a 6º das 12 as 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Sec. Administração: Gastão de Matos
Diário Oficial: Luiz Antonio da Silveira Abreu
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon		
Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65	
Assinatura Semestral		Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros
retrada no balcão	R\$ 50,00	por centímetro linear de coluna
		R\$ 1,20

IV - Assinar, juntamente com o 1º Tesoureiro, os balancetes e os cheques para pagamento das despesas em geral;

Art. 6º - Caberá ao **Vice-Presidente**:

- I - Participar ativamente das reuniões do FMSP, contribuindo com suas funções coletivas;
- II - Substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;

Art. 7º - Caberá ao **1º Tesoureiro**:

- I - Receber, controlar, recolher e registrar em livro-caixa os adiantamentos e recursos destinados ao Fundo;
- II - Elaborar balancetes mensais e o balanço anual das atividades financeiras do Fundo;
- III - Manter sob seu controle toda a movimentação financeira do Fundo
- IV - Prestar contas referentes aos adiantamentos destinados ao Fundo;
- V - Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil do Fundo
- VI - Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques para pagamento das contas diversas da Entidade;

Art. 8º - Caberá ao **2º Tesoureiro**:

- I - Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II - Substituir o 1º Tesoureiro em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

Art. 9º - Compete ao **1º Secretário**:

- I - Secretariar todas as reuniões do FMSP e as sessões de Assembléia Geral, lavrar e assinar, juntamente com o presidente, as respectivas atas;
- II - Preparar ofícios, editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas e demais documentos do FMSP, assinando-os juntamente com o Presidente;
- III - Receber, registrar, fichar e distribuir documentos e processos destinados ao Fundo;
- VI - Manter sob seu controle a documentação legal do FMSP.

Art. 10 - Caberá ao **2º Secretário**:

- I - Participar ativamente das reuniões do FMSP, contribuindo com suas funções coletivas;
- II - Substituir o 1º Secretário em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

Art. 11 - Caberá ao **Conselho Fiscal** fiscalizar e a aprovar as contas do FMSP.

**CAPÍTULO IV
DAS REUNIÕES**

Art. 12 - A Diretoria do FMSP reunir-se-á bimestralmente de forma ordinária e extraordinariamente tantas quantas vezes se fizerem necessárias.

Art. 13 - Nas reuniões do FMSP deve-se apreciar e decidir sobre assuntos de rotina; aprovar o balancete financeiro relativo ao mês anterior, e, deliberar sobre projetos, projetos e outros assuntos apresentados pela Presidência ou objetos de convocação.

Art. 14 - Não haverá convocações para as reuniões ordinárias, sendo, no entanto, distribuídas aos membros, a pauta da reunião, em 02 (dois) dias de antecedência.

Art. 15 - As reuniões extraordinárias com nova pauta, serão convocadas pelo Presidente, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo único - Será dispensado o cumprimento da antecedência previsto neste artigo quando se tratar de convocação imediata para apreciação de matéria considerada de urgência.

Art. 16 - As reuniões extraordinárias também poderão ser convocadas, justificadas pelas necessidades, por 1/3 (um terço) dos membros efetivos da Diretoria do FMSP, com igual prazo e pauta definida.

Art. 17 - As pautas das reuniões quando não propostas pelo Presidente, poderão ser propostas por qualquer membro do FMSP desde que refletam as necessidades do CONSEG que representa.

Art. 18 - Em quaisquer dos casos previstos neste Regimento Interno, o FMSP reunir-se-á e deliberará com a presença mínima de quatro membros.

Art. 19 - As reuniões serão adiadas na falta do Presidente ou Vice-Presidente.

Art. 20 - Os membros do FMSP que, porventura, faltarem a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas, durante o ano em curso, sem justificativa escrita e aceita pela diretoria do FMSP, serão automaticamente desligados e comunicados, contra recibo, e será empossado o seu substituto legal.

Art. 21 - Os membros do FMSP aprovarão por aclamação a Ata de cada reunião que será lida no início da reunião seguinte. A assinatura dos presentes deve ser lançada em livro próprio no início de cada reunião.

**CAPÍTULO V
DAS ELEIÇÕES**

Art. 22 - As eleições se realizam bianualmente, em até 90 (noventa) dias após a eleição da diretoria dos CONSEG's constituídos no município, podendo dar-se:

- I - Por aclamação, em caso de apenas uma chapa inscrita para disputar o pleito;
- II - Por maioria simples de votos dos membros efetivos presentes, quando houver mais de uma chapa inscrita para disputar o pleito.

§1º - A eleição será presidida por uma Comissão Eleitoral composta por 3 (três) membros que serão escolhidos entre os membros dos CONSEG's existentes no município.

§2º - A Comissão Eleitoral será composta na reunião ordinária imediatamente após a eleição da diretoria dos CONSEG's constituídos no município, e seus membros são inelegíveis naquele pleito.

§3º - A votação se destina a eleger a chapa completa, cuja inscrição deverá ser formalizada em Requerimento a ser entregue à Comissão Eleitoral até o encerramento da reunião do FMSP posterior à eleição da diretoria dos CONSEG's constituídos no município,

§4º - O concorrente não poderá integrar mais de uma chapa e a falta de informações sobre sua pessoa impugnará o registro de sua candidatura, exigindo sua substituição, dentro do prazo legal.

§5º - Conhecidas as chapas concorrentes, qualquer membro efetivo do CONSEG poderá requerer à Comissão Eleitoral, em até dois (02) dias úteis, a impugnação de candidato inscrito ao cargo de diretoria.

§6º - A Comissão Eleitoral decidirá sobre o requerimento em até 05 (cinco) dias úteis, sendo que, em caso de deferimento, determinará ao presidente da chapa a que pertencia o membro impugnado a sua substituição em até 02 (dois) dias úteis, sob pena de cancelamento de inscrição da chapa.

§7º - Poderão concorrer aos cargos apenas os membros efetivos, em situação regular, dos CONSEG's existentes no município. Além disso, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, somente podem concorrer os membros que hajam participado de, pelo menos, metade das reuniões ordinárias no período anual anterior às eleições.

§8º - A eleição por aclamação será realizada na reunião ordinária seguinte à definição do pleito, quando não houver inscrição de outra chapa concorrente em tempo hábil, dispensando-se as formalidades eleitorais subseqüentes previstas neste artigo e seus parágrafos.

§9º - As eleições ocorrerão em local, data e horário previamente estipulado na reunião ordinária do FMSP imediatamente após a eleição da diretoria dos CONSEG's constituídos no município, ocorrida, no mínimo 30 (trinta) dias antes do pleito, sendo que os dados deverão ser comunicados a todos os presentes pela Comissão Eleitoral e divulgados pelos meios de comunicação dos quais dispuser a comunidade.

§10 - Cada chapa concorrente indicará à Comissão Eleitoral um fiscal, que acompanhará todo o processo eleitoral e também, na rubrica prévia de todas as cédulas de votação.

§11 - No dia do pleito, aberta a reunião e antes de iniciar a votação, o candidato a presidente de cada uma das chapas concorrentes usará da palavra, por ordem de sorteio e por tempo igual, para expor seu "currículum vitae" abreviado, relatar as atividades realizadas pela comunidade, sua experiência no CONSEG e qual seu plano de metas, caso eleito.

§12 - A Comissão Eleitoral, os fiscais e todos os presentes velarão para que as chapas concorrentes não pratiquem aliciamento de eleitores.

§13 - São eleitores todos os membros efetivos dos CONSEG's existentes no município. Desde que comprovada sua participação em uma reunião do CONSEG poderão adentrar ao recinto de votação e exercer o seu direito de voto a qualquer tempo, no horário de duração da reunião não inferior a duas horas.

§14 - Em caso de empate de votos válidos, terá precedência:

- I - A chapa cujo candidato a presidente computou maior número de presenças em reuniões ordinárias nos 12 (doze) meses anteriores ao pleito;
- II - A chapa cujo candidato a presidente for membro efetivo do respectivo CONSEG há mais tempo;
- III - A chapa cujo candidato a presidente tenha idade maior.

§15 - Os membros efetivos que ocuparem cargo de diretoria, serão demissíveis a pedido ou por procedimento previsto neste Regimento Interno, e seus substitutos serão nomeados por quem estiver no exercício da Presidência do FMSP.

§16 - Em caso de votação do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

§17 - Em caso de vacância do Vice-Presidente, o cargo ficará vago até a próxima eleição, sendo que o 1º Secretário responderá pelas tarefas inerentes ao cargo, sem, contudo ser empossado como Vice.

§18 - Em caso de eleição dos 02 (dois) cargos, Presidente e Vice-Presidente, será convocada reunião extraordinária para nova eleição, sob a supervisão dos membros natos.

§19 - A incompatibilidade de membros da diretoria do FMS, que estejam no exercício de mandato, para concorrer à próxima eleição deve ocorrer até o término da reunião ordinária do mês de definição do pleito, exceto se houver inscrição de uma única chapa concorrente.

§20 - Será permitida a reeleição por mais dois mandatos.

§21 - A posse dos novos membros eleitos para a gestão seguinte deve ocorrer em até 30 (trinta) dias após o dia da eleição.

§22 - Caso o Presidente não cumpra o prescrito no parágrafo anterior, cabe ao Vice-Presidente adotar as medidas necessárias para a posse dos eleitos.

**CAPÍTULO VI
DAS DELIBERAÇÕES**

Art. 23 - Considerar-se-ão aprovados os projetos, propostas, balanços e balancetes que obtiverem a votação favorável da maioria dos membros presentes.

Parágrafo Único - Caberá ao Presidente do FMSP o voto de desempate nas votações.

Art. 24 - Os votos serão proferidos nominalmente, salvo quando, por proposta aprovada, se convencionar que a votação se faça pelo sistema secreto.

Art. 25 - É facultativo ao membro solicitar que conste na Ata as justificativas do seu voto, quando este for vencido.

**CAPÍTULO VII
DO PATRIMÔNIO**

Art. 26 - O FMSP não será dotado de patrimônio, visto que seus recursos serão exclusivamente para aplicação direta nos projetos, propostas e ações aprovadas pela diretoria dentro das normas previstas neste Regimento Interno.

**CAPÍTULO VIII
DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 27 - Os recursos a que se refere o artigo 1º, serão depositados em conta bancária movimentada exclusivamente por cheque bancário nominal ao favorecido, firmado conjuntamente pelo Presidente e pelo 1º Tesoureiro.

Art. 28 - Os adiantamentos destinados ao FMSP, serão depositados em conta bancária especial, aberta em seu nome.

**CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 29 - Todas as despesas do FMSP serão previamente autorizadas pela sua diretoria.

Art. 30 - É vedado o uso dos recursos do FMSP em assuntos de natureza religiosa ou político-partidária.

Art. 31 - Os membros da diretoria não perceberão remuneração pelo exercício de seus mandatos.

Art. 32 - Os integrantes do FMSP não responderão solidária nem subsidiariamente por atos do Presidente e da diretoria ou obrigações por eles assumidas, exceto se agirem com dolo, culpa ou negligência no desempenho de suas atribuições.

Art. 33 - Qualquer membro da diretoria do FMSP que agir com dolo, culpa ou negligência nos atos ou assuntos inerentes ao referido Fundo será destituído de seu cargo ou função, mediante decisão da diretoria do FMSP, assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 34 - O presente Regimento Interno tem vigência a partir da data de sua publicação.

Art. 35 - As questões omissas serão resolvidas nas reuniões do FMSP, desde que, façam parte da pauta.

Rondonópolis – MT, 11 de janeiro de 2006.

NELES WALTER FERREIRA DE FARIAS
Presidente do FMSP

JAIRO VICENTE
1º Secretário

LEI Nº 4.729, DE 16 DE JANEIRO DE 2006.

Institui normas que visam a estimular os Servidores Públicos Municipais a doarem sangue ao HEMOMAT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU
E ELE PROMULGA E SANCIONA A SEGUINTE LEI**

Art. 1º - Os Servidores públicos municipais que doarem sangue ao HEMOMAT terão garantidos:

- a) O Servidor terá direito de acréscimo de 01 (um) dia nas férias relativas;
- b) Publicação de elogio no DIORONDON (Diário Oficial do Município), no final do mês correspondente à doação.

Art. 2º - O elogio a que se refere o Artigo anterior será redigido nos seguintes termos:

- Por seu gesto de solidariedade, na doação de sangue ao HEMOMAT, no mês transcorrido, ficam elogiados os funcionários...

Parágrafo Único - Ao nome de cada funcionário seguirá o nome do órgão em que está lotado.

Art. 3º - (Vetado)

Art. 4º - O HEMOMAT expedirá um comprovante de doação de sangue a cada doação, em que constará o nome completo do doador, seu órgão de lotação e a data de doação.

Parágrafo Único - A apresentação desse comprovante será o documento suficiente para garantir um dia de dispensa ao servidor doador, e será feita a seu chefe imediato.

Art. 5º - Até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, o HEMOMAT encaminhará a Secretaria Municipal de Administração, a relação de funcionários doadores do mês anterior, e seus respectivos órgãos de lotação.

Parágrafo Único - (Vetado)

Art. 6º - Esta Lei deverá ser regulamentada pelo Executivo Municipal, no prazo de 60(sessenta) dias.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 16 de janeiro de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

Decreto

DECRETO N º 4.179, DE 09 DE JANEIRO DE 2006.

16/11

Altera o art. 1º e o item “b” do parágrafo único do art. 2º do decreto nº 4.177 de 29/12/2005 que estabelece o Calendário Fiscal para o Exercício Fiscal de 2006, define percentuais para desconto e prazos para recolhimento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei...

DECRETA:

Art. 1º - O art. 1º e o item “b” do parágrafo único do art. 2º do decreto nº 4.177 de 29/12/2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública – CIP, dos imóveis territoriais (terrenos sem edificações) do Exercício Fiscal de 2006, poderá ser efetuado em parcela única ou em até 09 (nove) parcelas mensais e consecutivas, de acordo com o especificado nas Tabelas I e II:

TABELA I

CALENDÁRIO FISCAL DE 2006		
NÚMERO DE PARCELA ÚNICA	DATA DE VENCIMENTO	
1ª	PRIMEIRA	20/03/2006
2ª	SEGUNDA	20/04/2006
3ª	TERCEIRA	22/05/2006
4ª	QUARTA	20/06/2006
5ª	QUINTA	20/07/2006
6ª	SEXTA	21/08/2006
7ª	SETIMA	20/09/2006
8ª	OITAVA	20/10/2006
9ª	NONA	20/11/2006

TABELA II

VALORES	PARCELAMENTO	NÚMERO DE PARCELAS
ATE R\$ 20,00	PARCELA ÚNICA	1 PARCELA
DE R\$ 20,01 ATE R\$ 50,00		02 PARCELAS
DE R\$ 50,01 ATE R\$ 80,00		03 PARCELAS
DE R\$ 80,01 ATE R\$ 110,00		04 PARCELAS
DE R\$ 110,01 ATE R\$ 130,00		05 PARCELAS
DE R\$ 130,01 ATE R\$ 160,00		06 PARCELAS
DE R\$ 160,01 ATE R\$ 190,00		07 PARCELAS
DE R\$ 190,01 ATE R\$ 230,00		08 PARCELAS
ACIMA DE R\$ 230,01		09 PARCELAS

Art. 2º - ...

Parágrafo Único Para os contribuintes que estiverem quites com o IPTU até 31/12/2005:

- a) De 20% (vinte por cento) para pagamento em PARCELA ÚNICA do IPTU, até 20/03/2006 para os imóveis prediais e territoriais;
- b) De 10% (dez por cento) do IPTU para os imóveis prediais e territoriais para pagamento em até 09 (nove) parcelas mensais e consecutivas, em conformidade com as Tabelas I e II deste decreto; ”

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 09 de janeiro de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretária e publicada
no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal